

DIAGNÓSTICO DA GOVERNANÇA INTELIGENTE NA POLÍTICA URBANA DE CURITIBA: ESTRUTURAS E PROCESSOS COMPATÍVEIS COM O *FRAMEWORK* TEÓRICO

2025

Autoria: Jeferson Girardi

**Orientação: Prof. Dr. Ricardo
Lobato Torres**



**DIAGNÓSTICO DA GOVERNANÇA INTELIGENTE NA POLÍTICA
URBANA DE CURITIBA: ESTRUTURAS E PROCESSOS COMPATÍVEIS
COM O *FRAMEWORK* TEÓRICO**

**Diagnosis of Smart Governance in Curitiba's Urban Policy: structures
and processes compatible with the theoretical framework**

Relatório Técnico de Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Planejamento e Governança Pública, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Área de Concentração: Planejamento Público e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Políticas Públicas.

Autoria: Jeferson Girardi

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Lobato Torres

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GOVERNANÇA PÚBLICA

JEFERSON GIRARDI
RICARDO LOBATO TORRES

**DIAGNÓSTICO DA GOVERNANÇA INTELIGENTE NA POLÍTICA URBANA DE
CURITIBA: ESTRUTURAS E PROCESSOS COMPATÍVEIS COM O *FRAMEWORK*
TEÓRICO**

RELATÓRIO TÉCNICO DE TESE DE DOUTORADO

CURITIBA
2025



[International 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/)

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

1 INTRODUÇÃO

Este relatório técnico apresenta um diagnóstico sobre as estruturas e processos de governança inteligente na política urbana de Curitiba, com ênfase nas práticas do Conselho da Cidade, órgão representativo do poder público, do setor produtivo e da sociedade civil. O diagnóstico tem como objetivos: (i) identificar as estruturas e processos de governança inteligente presentes na política urbana de Curitiba; e (ii) analisar a aderência dessas práticas ao *framework* teórico de Bolívar e Meijer (2016).

A análise lastreou-se no modelo teórico de Bolívar e Meijer (2016), cuja principal distinção reside em sua validação por governantes das 64 principais cidades inteligentes europeias, agregando experiência prática de gestão à estrutura conceitual. Este mapeamento inicial serve como base para compreender como os elementos teóricos se manifestam no contexto prático da gestão urbana curitibana.

O estudo concentra-se na análise do Conselho da Cidade de Curitiba (CONCITIBA), examinando suas estruturas e processos por meio da análise documental e questionários aplicados a gestores e técnicos atuantes na política urbana. Complementarmente, observações sobre o aplicativo de serviços e transporte público da cidade ilustram a materialização de elementos da governança inteligente no cotidiano dos cidadãos curitibanos. A análise considera tanto os aspectos institucionais formais quanto as expressões em ferramentas tecnológicas de interação com o cidadão.

A relevância deste diagnóstico preliminar se evidencia em duas dimensões: (i) metodológica - apresenta uma aplicação sistemática do arcabouço teórico de Bolívar e Meijer (2016) no contexto brasileiro; e (ii) analítica - oferece um panorama inicial das práticas de governança inteligente em Curitiba, estabelecendo bases para estudos futuros mais aprofundados.

O relatório está estruturado em três seções. Após esta introdução, que contextualiza o planejamento urbano de Curitiba, a seção 2 detalha a metodologia do estudo e a seção 3 expõe os resultados do diagnóstico, organizados segundo as dimensões da estrutura conceitual.

1.1. Breve história do planejamento urbano de Curitiba

O planejamento urbano formal de Curitiba iniciou-se com o Plano Agache (1943), que estabeleceu diretrizes para ordenar o crescimento da cidade com base em um modelo radial (em forma de caracol) e centros especializados (Militar, Esportivo, Abastecimento, Educação, Industrial e Administrativo). Em 1966, o Plano Wilhelm alterou a lógica de expansão para linear, fundamentado

em três funções: uso do solo, transporte coletivo e sistema viário, implementando o sistema trinário de vias. Na década de 1970, foram implementados projetos de vanguarda como o primeiro calçadão do país, na rua XV de Novembro, o sistema de transporte integrado com canaletas exclusivas para ônibus expressos, além da criação de novos parques e a divisão da cidade em 75 bairros. Nos anos 1980-1990, a cidade foi organizada em Administrações Regionais, com planejamento de equipamentos urbanos distribuídos nos bairros, implementação da primeira ciclovia e ampliação do sistema de transporte. Entre 1990 e 2000, foram implantadas as linhas diretas com estações-tubo, ocorreu a metropolização do sistema de transporte e a criação da Unilivre. No período 2000-2010, o Plano Diretor foi ajustado ao Estatuto da Cidade, com a criação do CONCITIBA e elaboração de seis planos setoriais. De 2010 a 2014, foram implementadas a Área Calma, novas ciclovias, o Ligeirão Azul na Linha Verde, o Sistema Integrado de Mobilidade (SIM) e a 10ª Administração Regional, além da requalificação de equipamentos urbanos centrais, como das calçadas com a melhoria da acessibilidade (rampas, pistas táteis, materiais antiderrapantes e iluminação) (IPPUC s/data).

1.2. O Plano Diretor da Cidade de Curitiba

O Plano Diretor de Curitiba, instituído pela Lei Municipal nº 14.771/2015 e vigente até 2024, representa o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, em conformidade com o Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001). Historicamente, sua revisão em 2014 consolidou um marco normativo que visa propiciar condições para o desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável de Curitiba com a Região Metropolitana, estabelecendo diretrizes determinantes para agentes públicos e privados. O documento se estrutura através de um arranjo normativo que inclui legislações municipais de planejamento urbano, planos setoriais, estratégicos, regionais e de desenvolvimento de bairros, todos coordenados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que atua como órgão central na implementação, desenvolvimento e gerenciamento dos mecanismos de controle e acompanhamento do Plano (Curitiba, 2015).

1.3. O Conselho da Cidade de Curitiba - CONCITIBA

O Conselho da Cidade de Curitiba (CONCITIBA), criado pela Lei Municipal nº 12.579/2007, constitui-se como órgão colegiado fundamental na formulação, elaboração e acompanhamento da Política Urbana Municipal. Historicamente, sua instituição representa um marco na gestão democrática da cidade, alinhando-se às diretrizes do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Normativamente, o Conselho é composto por 32 membros titulares e respectivos suplentes, com representação do poder público e da sociedade civil, sendo presidido pelo Diretor-Presidente do IPPUC. Sua estrutura normativa estabelece competências específicas, incluindo a proposição,

acompanhamento, fiscalização e avaliação da implementação do Plano Diretor, configurando-se como instância essencial para a participação social no planejamento urbano de Curitiba (Curitiba, 2007; CONCITIBA, 2024).

2 METODOLOGIA

A metodologia para a elaboração do diagnóstico da governança inteligente de Curitiba estruturou-se como uma pesquisa aplicada de natureza qualitativa, com finalidade exploratória e descritiva. O recorte temporal adotado foi de 2014-2024, período que coincide com a vigência do Plano Diretor municipal, permitindo uma análise das características na governança urbana local.

As técnicas utilizadas combinam análise documental, entrevista semiestruturada e questionários com perguntas abertas e fechadas, aplicados à técnicos e gestores atuantes na política urbana da cidade, permitindo o mapeamento das estruturas e processos existentes.

O procedimento metodológico baseou-se no *framework* teórico desenvolvido por Bolívar e Meijer (2016), que estabelece três dimensões analíticas fundamentais: (1) elementos definidores da governança inteligente, (2) estratégias para implementação e (3) resultados da governança inteligente. A coleta de dados combinou três procedimentos complementares: análise documental (leis, decretos e atas das reuniões), entrevista semiestruturada com o gestor da Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação, responsável pela governança do ecossistema de inovação, que contempla o IPPUC e a Prefeitura, e questionários aplicados aos técnicos atuantes na política urbana.

Os objetos de análise foram: o Conselho da Cidade (CONCITIBA) e o aplicativo Curitiba *App*. O CONCITIBA representa a dimensão participativa e deliberativa da governança, sendo a instância que reúne representantes do poder público, setor privado e sociedade civil. Já o Curitiba *App* exemplifica a dimensão tecnológica e integrativa da governança inteligente, oferecendo uma plataforma digital que unifica diversos serviços municipais e facilita a interação entre o cidadão e o governo.

Para o tratamento dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo categorial, conforme proposto por Bardin (2020), que permitiu sistematizar as informações coletadas segundo as dimensões do *framework* adotado. O processo analítico envolveu a identificação, categorização e interpretação das estruturas e processos existentes na governança urbana de Curitiba, resultando em um mapeamento detalhado das configurações da governança inteligente. Os resultados foram organizados em matrizes analíticas, disponíveis no Apêndice A, que permitem visualizar as relações entre as diferentes dimensões estudadas, facilitando a compreensão da aderência da governança inteligente na cidade à estrutura conceitual.

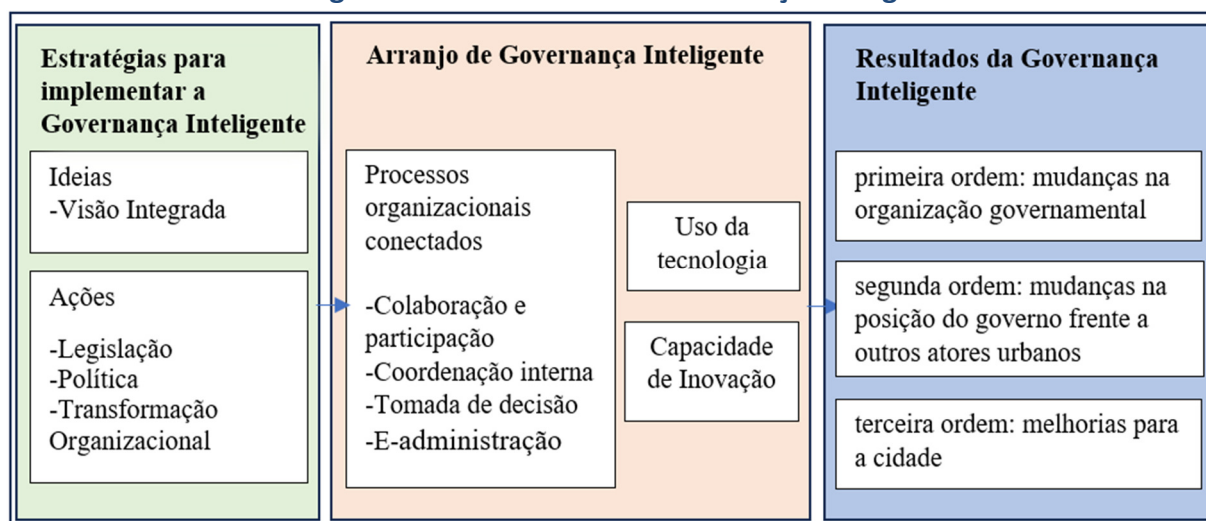
A descrição completa da metodologia está disponível no Capítulo 6 da tese de doutorado, que deu origem a este relatório técnico (Girardi, em publicação, 2025).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da análise, organizados conforme as dimensões teóricas (Quadro 2, Apêndice A, Figura 1), revelam três aspectos: a) a expressão dos elementos definidores da Governança Inteligente, configurando o arranjo de governança; b) as estratégias de implementação; e c) a materialização dos resultados, incluindo aspectos emergentes da governança local.

No intuito de facilitar a interpretação dos achados da pesquisa, apresenta-se a estrutura conceitual de Bolívar e Meijer (2016), na Figura 1, e adiante as evidências do caso de Curitiba, classificadas pelas dimensões do modelo teórico.

Figura 1 – Um modelo de Governança Inteligente



Fonte: (Bolívar; Meijer, 2016, p. 15, tradução nossa)

Consoante à matriz conceitual, elencam-se as três dimensões da governança inteligente, seguidas dos registros provenientes da pesquisa documental, das respostas aos questionários com perguntas fechadas, abertas e questão exploratória adicional.

A análise desse conjunto de dados contribui para estabelecer conexões entre a perspectiva teórica e a realidade municipal, apontando os elementos constitutivos para a compreensão do fenômeno.

3.1 Elementos Definidores da Governança Inteligente – Dimensão 1

A partir da análise sistemática das atas do Conselho da Cidade de Curitiba, identificaram-se os três componentes ou categorias que caracterizam a governança inteligente nesta dimensão. O primeiro deles, referente aos **processos organizacionais conectados**, manifesta-se por meio da colaboração e participação, como evidenciado na "articulação entre poder público, universidades e setor produtivo" (Ata nº 45), pela coordenação interna, exemplificada pela "articulação entre IPPUC, SETRAN e URBS para o planejamento ciclovitário" (Ata nº 51), e pela tomada de decisão como em "definição de diretrizes para o polo de inovação do Vale do Pinhão" (Ata nº 45). O segundo diz respeito

ao **uso da tecnologia** (TICs), demonstrado nas menções de "sistemas de monitoramento dos instrumentos urbanísticos" (Ata nº 49) e "ferramentas tecnológicas para monitoramento e gestão dos planos" (Ata nº 55). O terceiro trata da **capacidade de inovação**, evidenciado em "Vale do Pinhão como estratégia de transformação da economia local" (Ata nº 45) (CONCITIBA, 2024).

Os resultados são corroborados pelos participantes da pesquisa, que reconhecem as categorias conceituais exibidas no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Respostas às perguntas fechadas – **características da governança inteligente**



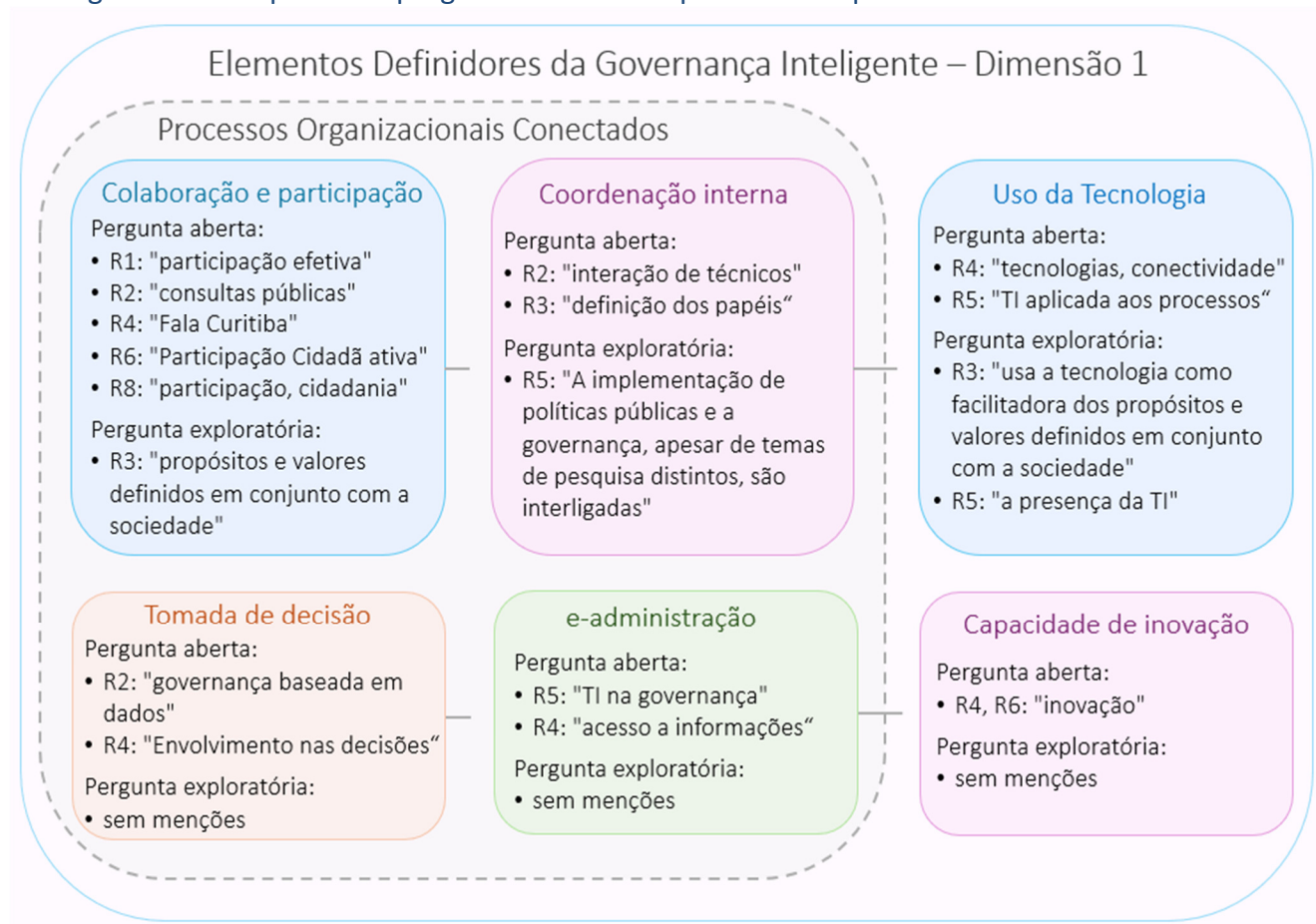
Fonte: adaptado de Bolívar e Meijer (2016)

Cumprе esclarecer que o questionário semiestruturado original de Bolívar e Meijer (2016), quando aplicado eletronicamente aos gestores das 64 principais cidades inteligentes europeias, não incluía a categoria “capacidade de inovação”. Esta categoria emergiu voluntariamente nas respostas daqueles gestores públicos, e foi incorporada à estrutura conceitual após o refinamento e validação empírica, que também ajustou os “resultados inteligentes” para a Dimensão 3.

Nesta pesquisa, optou-se por manter o formato original do questionário e replicá-lo no contexto da política urbana de Curitiba, a fim de verificar se essa mesma temática surgiria espontaneamente.

De fato, as respostas obtidas, por meio do formulário eletrônico ajustado para o contexto curitibano, confirmam essa expectativa conforme o Diagrama 1.

Diagrama 1 – Respostas às perguntas aberta e exploratória dispostas na ordem da matriz teórica



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

O Diagrama 1 exhibe os registros das contribuições dos participantes da pesquisa por categorias conceituais e revela um alinhamento entre essas e a realidade local.

A partir dessa análise inicial, e tendo em consideração a relevância das fontes de informações levantadas, elaborou-se uma Matriz de Presença nas Fontes dos Dados (Quadro 4). Esta matriz permite visualizar as categorias com maior e menor reconhecimento entre os documentos analisados e as respostas dos participantes.

Quadro 4 - Matriz de Presença nas Fontes de Dados – Dimensão 1

Categoria/Subcategoria	Atas	Q.A	Q.E	Q.F	Total
Colaboração/participação	✓	✓	✓	✓	4/4
Coordenação Interna	✓	✓	✓	✓	4/4
Uso da Tecnologia	✓	✓	✓	✓	4/4
Tomada de Decisão	✓	✓	X	✓	3/4
Capacidade de Inovação	✓	✓	X	✓	3/4
e-administração	X	✓	X	✓	2/4

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

Legenda:		
Instrumentos de Coleta:		Indicadores:
Q.A = Questão Aberta		✓ = Presente
Q.E = Questão Exploratória		X = Ausente
Q.F = Questão Fechada		

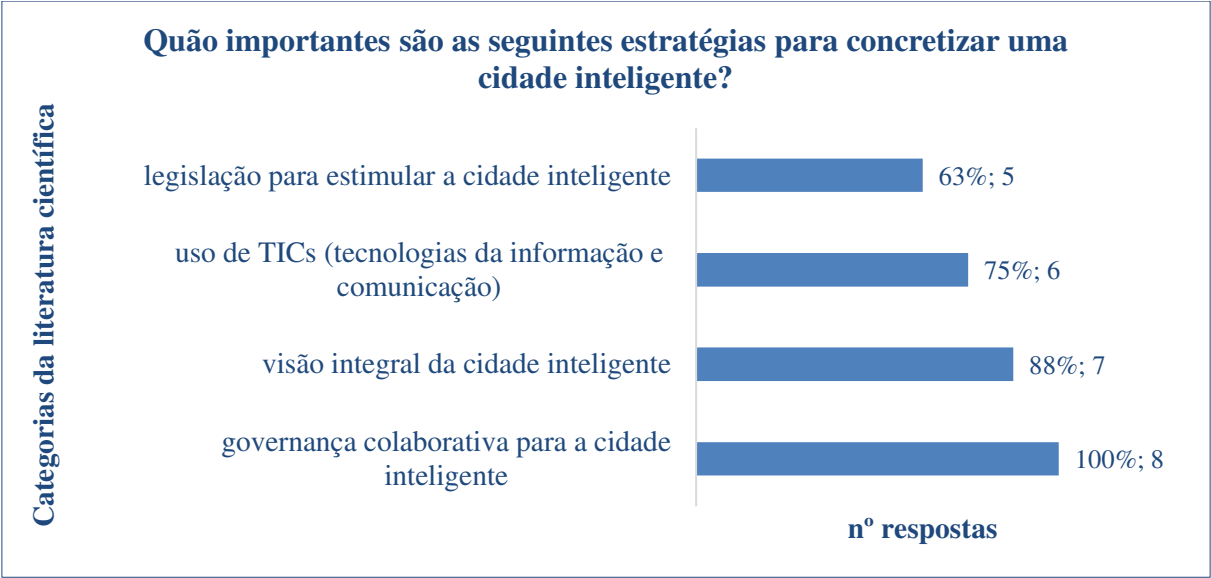
Da leitura do Quadro 4, depreende-se que as categorias "Colaboração/participação", "Coordenação Interna" e "Uso da Tecnologia" estão presentes em todas as fontes de dados (4/4). As categorias "Tomada de Decisão" e "Capacidade de Inovação" foram identificadas em três das quatro fontes (3/4), o que demonstra, também, a forte presença no contexto estudado. A categoria "e-administração" apresentou menor incidência (2/4), sendo reconhecida apenas nas questões abertas e fechadas. Embora não haja menções diretas à “e-administração” nas Atas do Conselho, cabe ressaltar que a utilização da plataforma digital Conecta Curitiba para a realização das audiências e consultas públicas exemplifica a aplicação deste conceito, reforçando sua presença implícita no contexto analisado. A triangulação com as respostas das questões abertas e exploratória evidencia a consistência entre o discurso dos participantes e os dados documentais.

3.2 Estratégias de Implementação da Governança Inteligente – Dimensão 2

A análise das discussões e deliberações registradas nas atas do CONCITIBA revelou dois componentes da governança inteligente nesta dimensão. As evidências se estruturam em ideias e ações. Na perspectiva de Ideia, tem-se a visão integrada da cidade, que é demonstrada em "articulação entre moradia, transporte e infraestrutura urbana" (Ata nº 52) e na "articulação entre educação, tecnologia e desenvolvimento econômico" (Ata nº 45). Na perspectiva das Ações, são materializadas pela legislação, como na "normatização da infraestrutura ciclovária" (Ata nº 51), pelas políticas como nas diretrizes setoriais "políticas específicas alinhadas ao planejamento geral" (Ata nº 55), e pela transformação organizacional, evidenciada em: "estruturação do Vale do Pinhão como novo arranjo institucional” (Ata nº 45) (CONCITIBA, 2024).

A distribuição apresentada no Gráfico 2 reflete o entendimento dos participantes sobre essas categorias.

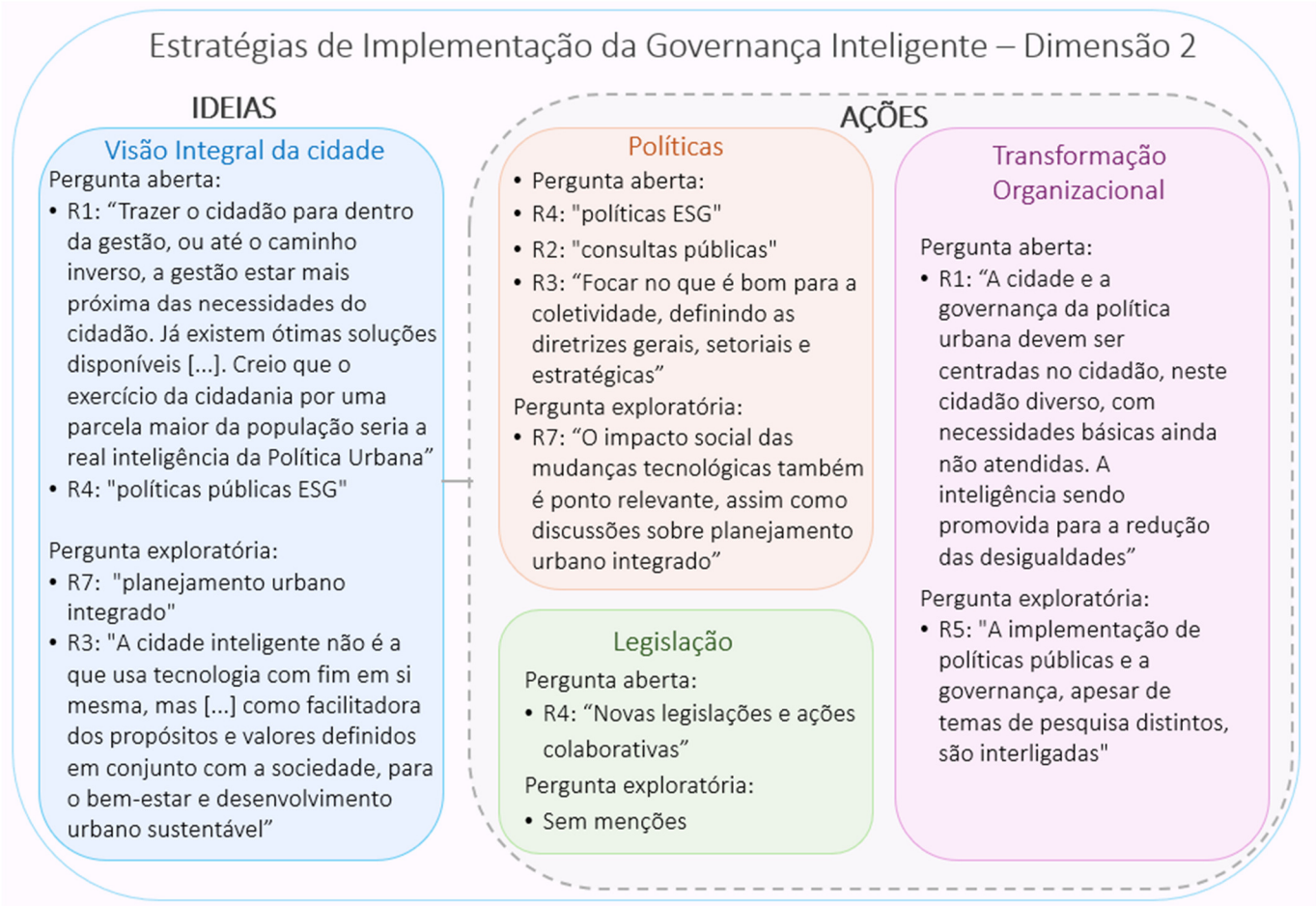
Gráfico 2 – Respostas às perguntas fechadas – estratégias da governança inteligente



Fonte: adaptado de Bolívar e Meijer (2016)

Complementando a análise precedente, o Diagrama 2 mapeia o reconhecimento dessas categorias pelos participantes.

Diagrama 2 - Respostas às perguntas aberta e exploratória dispostas na ordem da matriz teórica



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

O panorama exposto no Diagrama 2 aponta os registros das contribuições dos participantes da pesquisa por categorias conceituais e revela a associação entre essas e a realidade local.

A sistematização dos dados coletados resultou na Matriz de Presença (Quadro 5), instrumento que revela a frequência com que cada categoria emerge nas diferentes fontes consultadas.

Quadro 5 - Matriz de Presença nas Fontes de Dados – Dimensão 2					
Categoria/Subcategoria	Atas	Q.A	Q.E	Q.F	Total
IDEIAS/Visão integral da cidade	✓	✓	✓	✓	4/4
AÇÕES/Políticas	✓	✓	✓	✓	4/4
AÇÕES/Transformação organizacional	✓	✓	✓	✓	4/4
AÇÕES/Legislação	✓	✓	X	✓	3/4
Legenda: Instrumentos de Coleta: Q.A = Questão Aberta Q.E = Questão Exploratória Q.F = Questão Fechada Indicadores: ✓ = Presente X = Ausente					

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

As informações compiladas no Quadro 5, torna perceptível que as categorias "Visão integral da cidade", "Políticas" e "Transformação organizacional" foram identificadas em todas as fontes de dados (4/4). A categoria "Legislação" foi identificada em três das quatro fontes (3/4), o que demonstra, também, a forte presença no contexto estudado. Complementando o conjunto de evidências, as respostas às questões abertas e exploratória revelam a apropriação dos conceitos pelos participantes.

3.3 Resultados da Governança Inteligente – Dimensão 3

No que tange à dimensão 3, o exame das atas do CONCITIBA evidenciou as três ordens de resultados da estrutura teórica: **1- os resultados de primeira ordem**, relacionados às mudanças nas organizações governamentais, manifestam-se no governo eficiente, como na "adaptação às novas demandas da economia do conhecimento" (Ata nº 45); na prontidão para o gerenciamento de desastres como em "na área ambiental, os impactos climáticos referentes à prevenção de alagamentos e inundações" (Ata nº 52); **2- os resultados de segunda ordem**, focados nas mudanças nas relações governo-sociedade, evidenciam-se na interação com os cidadãos, exemplificada pelo "uso dos instrumentos de participação popular, como o ‘Fala Curitiba’, as audiências públicas e o CONCITIBA” (Ata nº 53); e nos serviços centrados no cidadão, como em “envolvimento da sociedade na construção da visão 2035” (Ata nº 48); **3- os resultados de terceira ordem** abrangem melhorias para cidade e para o cidadão, incluindo crescimento econômico, manifestado em “criação de ambiente favorável para empresas de tecnologia” (Ata nº 45); inclusão social observável em “estímulo ao empreendedorismo e startups” (Ata nº 45); desempenho ecológico, como em “redução de emissões e promoção da

mobilidade ativa” (Ata nº 51), marca forte da cidade indicada em “Curitiba como referência em economia criativa” e "reconhecimento do BID pela condução técnica e administrativa dos projetos" (Ata nº 55); qualidade de vida destacada em “impactos positivos dos instrumentos na qualidade urbana” (Ata nº 49); e cidadãos altamente educados, identificável no trecho “programas de formação em áreas tecnológicas” (Ata nº 45) (CONCITIBA, 2024).

As percepções dos participantes da pesquisa reforçam esses achados, como ilustra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Respostas às perguntas fechadas – resultados da governança inteligente

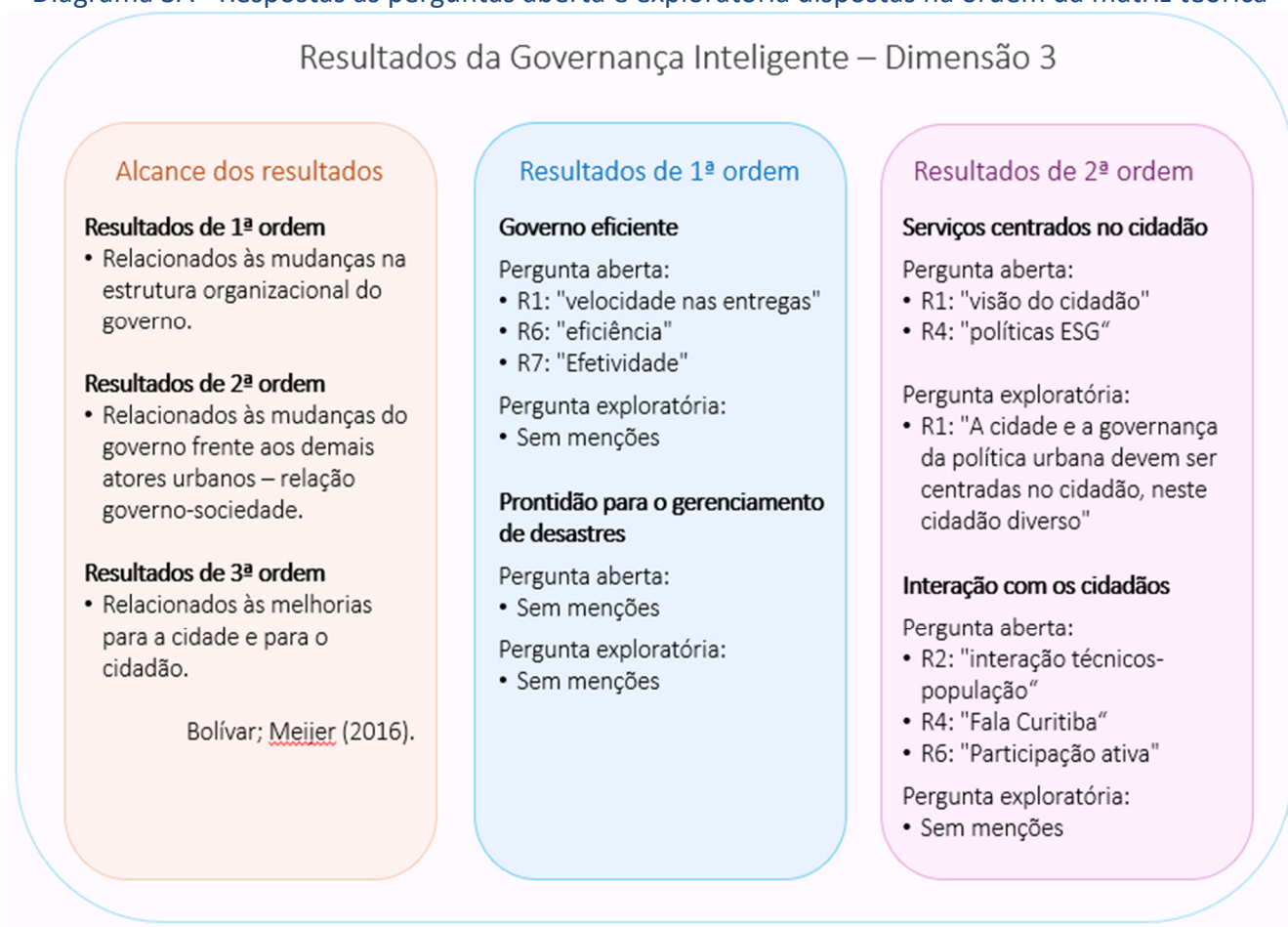


Fonte: adaptado de Bolívar e Meijer (2016)

Em consonância com os aspectos anteriores, a análise dos depoimentos obtidos nas questões abertas e exploratória foi organizada em dois diagramas complementares. Esta divisão visa facilitar a compreensão da complexidade dos resultados da governança inteligente:

O Diagrama 3A estabelece a estrutura fundamental dos resultados, apresentando a definição das ordens e seus impactos iniciais. Esta organização permite visualizar como os diferentes níveis de resultados se relacionam e como as mudanças organizacionais se desdobram em transformações mais amplas.

Diagrama 3A - Respostas às perguntas aberta e exploratória dispostas na ordem da matriz teórica



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

O Diagrama 3B, por sua vez, aprofunda especificamente os resultados de terceira ordem, aqueles que representam os impactos mais abrangentes na cidade e na sociedade.

Esta separação permite uma análise mais detalhada dos elementos que transformam a realidade urbana e a qualidade de vida dos cidadãos.

Diagrama 3B - Respostas às perguntas aberta e exploratória dispostas na ordem da matriz teórica



Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

As contribuições dos participantes da pesquisa foram sistematizadas nos Diagramas 3A e 3B, que mapeiam as categorias conceituais e seu alinhamento com a realidade local.

Para aprofundar esta análise, desenvolveu-se uma Matriz de Presença nas Fontes dos Dados (Quadro 6), que possibilita identificar o nível de reconhecimento das categorias tanto nos documentos analisados quanto nas respostas dos participantes.

Quadro 6 - Matriz de Presença nas Fontes de Dados – Dimensão 3					
Categoria/Subcategoria	Atas	Q.A	Q.E	Q.F	Total
1 Resultados de primeira ordem					
1.1 Governo eficiente	✓	✓	✗	✓	3/4
1.2 Prontidão para o gerenciamento de desastres	✓	✗	✗	✓	2/4
2 Resultados de segunda ordem					
2.1 Serviços centrados no cidadão	✓	✓	✓	✓	4/4
2.2 Interação com os cidadãos	✓	✓	✗	✓	3/4
3 Resultados de terceira ordem					
3.1 Crescimento econômico	✓	✓	✗	✓	3/4
3.2 Inclusão social	✓	✓	✓	✓	4/4
3.3 Desempenho ecológico	✓	✓	✓	✓	4/4
3.4 Marca forte da cidade	✓	✗	✗	✓	2/4

Categoria/Subcategoria	Atas	Q.A	Q.E	Q.F	Total
3.5 Qualidade de vida	✓	✓	✓	✗	3/4
3.6 Cidadãos altamente educados	✓	✗	✗	✓	2/4

Legenda:

Instrumentos de Coleta:

Q.A = Questão Aberta

Q.E = Questão Exploratória

Q.F = Questão Fechada

Indicadores:

✓ = Presente

✗ = Ausente

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados primários coletados via Questionário (jun-set/2024) e análise documental (CONCITIBA, 2024)

A análise do Quadro 6 revela padrões na presença das subcategorias nas diferentes fontes de dados. No que tange aos resultados de primeira ordem, observa-se que "Governo eficiente" está presente em três das quatro fontes, enquanto "Prontidão para gerenciamento de desastres" manifesta-se em apenas duas fontes. Quanto aos resultados de segunda ordem, destaca-se a subcategoria "Serviços centrados no cidadão" com presença em todas as fontes, seguida por "Interação com os cidadãos" presente em três fontes. Os resultados de terceira ordem apresentam um panorama notadamente relevante, com três subcategorias demonstrando presença máxima: "Inclusão social", "Desempenho ecológico" e "Serviços centrados no cidadão", evidenciando forte ênfase em aspectos socioambientais. Merece destaque especial a subcategoria "Qualidade de vida", que emergiu como uma característica distintiva da realidade curitibana, presente em três das quatro fontes analisadas, demonstrando representatividade no contexto local da governança inteligente. Em contrapartida, as subcategorias "Marca forte da cidade" e "Cidadãos altamente educados" registram presença menor, sendo identificadas em duas fontes (atas e pergunta fechada). No que concerne às fontes de dados, as Atas demonstram a maior abrangência, contemplando todas as subcategorias analisadas, seguidas pelo Questionário Fechado (Q.F). O Questionário Exploratório (Q.E) apresenta a ocorrência menor entre as fontes, já que é a segunda oportunidade de manifestação voluntária dos participantes da pesquisa. Esse padrão de presença nas fontes indica uma evidenciação destacável para os elementos socioambientais e de serviços ao cidadão, enquanto aspectos relacionados à marca forte da cidade e aos cidadãos altamente educados apresentam menor representatividade no conjunto de dados analisado.

3.4 Análise Comparativa entre teoria e prática

A comparação entre os Quadros 1 (teoria) e 2 (empiria) demonstra a articulação contextual dos elementos analisados. Os contrastes se revelam em subcategorias específicas, como na Inovação, em que o referencial teórico a posiciona como elemento central, enquanto na prática ela se materializa em iniciativas específicas, como o ecossistema de inovação - Vale do Pinhão. No que toca aos

resultados, enquanto o marco teórico contempla aspectos como eficiência governamental e inclusão social, surgem elementos adicionais, como a ênfase na melhoria da “qualidade de vida”, apontada pelos respondentes. Tais aspectos refletem adaptações conceituais às especificidades do contexto urbano de Curitiba.

A análise documental revela que o CONCITIBA aborda temas em diferentes escalas de planejamento e contempla desde questões locais até metropolitanas, como exemplificado nas discussões sobre os Planos Regionais (Ata nº 53) e a Integração Metropolitana (Ata nº 54).

Entretanto, identificou-se uma fragilidade no processo de transparência e divulgação das informações, já que o site do Órgão não dispõe de atualizações sistemáticas sobre as reuniões e as deliberações, impactando diretamente o princípio da transparência da governança pública e a dimensão dos resultados da governança inteligente, particularmente nas categorias governo eficiente e interação com os cidadãos. Em razão disso, ressalte-se que existe uma aderência incompleta à estrutura teórica proposta por Bolívar e Meijer (2016).

Cumprir destacar a distinção conceitual entre a Governança Pública – em consolidação na Administração Pública Federal brasileira a partir de 2017, estados e municípios - e a Governança Inteligente. Esta última, apesar de seu modelo teórico validado, ainda não apresenta documentação de aplicações empíricas na literatura científica, aspecto que ensejou o desenvolvimento desta pesquisa/diagnóstico.

Ao examinar o Quadro 3, acessível no Apêndice A, contrastando as evidências do contexto do CONCITIBA com os princípios da governança pública, pode-se depreender que os elementos definidores, as estratégias e os resultados da governança inteligente estão presentes, enumerados à luz de cada exemplo prático e distribuídos nas três dimensões da estrutura teórica, como nos processos organizacionais conectados, uso da tecnologia, capacidade de inovação, visão integral da cidade, estratégias para o atendimento de uma legislação norteadora, políticas integradas e a transformação organizacional. Essas configurações se alinham a fim de alcançar os resultados de um governo eficiente, que presta serviços centrados no cidadão, tem interação com os cidadãos, contribui para o crescimento econômico, o desempenho ecológico e a inclusão social, desde que os arranjos de governança viabilizem o fluxo das informações entre os atores urbanos. Os resultados demonstram que ainda há espaço para desenvolvimento nesse sentido (CONCITIBA, 2024).

Em contraponto, para efeito de ilustração, descreve-se o aplicativo e-cidadão de Curitiba, por representar uma iniciativa que se aproxima mais da governança inteligente, ao operacionalizar a interface digital entre a administração pública e os cidadãos. A plataforma integra 36 serviços municipais e sistemas de informação em tempo real, com destaque para o monitoramento do

transporte público e acesso a serviços da prefeitura. No âmbito tecnológico, o aplicativo implementa elementos fundamentais da governança inteligente, como APIs (interface que permite diferentes sistemas se comunicarem e trocarem dados) para a integração de sistemas; arquitetura *mobile-first* (estratégia de desenvolvimento que prioriza a experiência em dispositivos móveis) para acessibilidade; e sistemas de geolocalização para rastreamento em tempo real da frota de ônibus (Curitiba, 2024).

Na perspectiva da gestão municipal, o sistema de transporte público de Curitiba instrumentaliza o uso intensivo de TIC, por meio de uma infraestrutura tecnológica integrada que monitora em tempo real a frota de dispositivos *IoT* (internet das coisas: sensores, gps, painéis de informação), os terminais e as estações-tubo, o que permite a coleta e análise de dados em tempo real para tomada de decisões estratégicas. Este aparato tecnológico visa ao gerenciamento dinâmico de recursos, com ajustes operacionais como alterações de frequência de horários, redistribuição da frota conforme a demanda e a otimização de rotas, com base em dados precisos e atualizados de forma constante (Curitiba, 2024).

Sob a ótica do cidadão, verificada por meio de observação direta do pesquisador¹, a interface tecnológica se manifesta por meio de plataformas digitais conectadas, principalmente via aplicativo móvel, que democratiza o acesso à informação e estabelece um canal bidirecional de comunicação. Esta solução permite ao usuário consultar em tempo real a localização dos ônibus, tempos de espera e níveis de lotação, além de participar do processo de governança por meio do envio de *feedback*, relatos de ocorrências e avaliações do serviço. Tal modelo caracteriza uma gestão participativa otimizada por tecnologias *smart city*, que estabelece ciclos de interação entre o poder público e a sociedade, alinhando-se aos componentes de governança inteligente propostos por Bolívar e Meijer (2016), especialmente quanto à participação cidadã mediada por tecnologia (Bolívar; Meijer, 2016; Curitiba, 2024).

Para concluir, ao correlacionar as evidências com a estrutura conceitual de Bolívar e Meijer (2016), percebe-se que o fluxo de informações, ou a comunicação entre as partes interessadas, interfere na aderência ao *framework* teórico da governança inteligente. Por um lado, iniciativas como o aplicativo Curitiba App e o sistema de transporte público demonstram uma integração tecnológica e participativa, alinhada aos preceitos da governança inteligente. Por outro lado, as limitações identificadas quanto ao princípio da transparência no CONCITIBA, especialmente no acesso a documentos e informações dos processos decisórios, evidenciam oportunidades de melhoria nesse

¹ A funcionalidade das interfaces foi verificada empiricamente pelo autor por meio do uso sistemático do aplicativo durante o período da pesquisa (2023-2024).

sentido (Bolívar; Meijer, 2016; Curitiba, 2024; CONCITIBA, 2024).

4 DESAFIOS E RECOMENDAÇÕES

O diagnóstico da governança inteligente de Curitiba demonstra a presença de elementos de integração de processos organizacionais, tecnologia e inovação no contexto da política pública urbana. Por meio da análise do Plano Diretor de Curitiba (2014-2024), da atuação do Conselho da Cidade de Curitiba e pelas respostas dos gestores e técnicos urbanos, constatou-se que a cidade adota mecanismos para promover a gestão democrática e a articulação intersetorial. Componentes como a inclusão de novas tecnologias, a sustentabilidade ambiental e a promoção de arranjos colaborativos foram identificados na governança urbana. Além disso, a materialização de estratégias por meio de instrumentos legais, como a Lei Municipal nº 14.771/2015 evidencia o alinhamento entre os objetivos do planejamento urbano e as práticas de governança inteligente (Curitiba, 2015; CONCITIBA, 2024).

De maneira peculiar, é possível observar distinções em subcategorias como Inovação e Transformação Organizacional. Embora a teoria destaque a inovação como um elemento central para a governança inteligente, as evidências experimentais revelam uma percepção mais limitada por parte dos respondentes da pesquisa. Na prática, a inovação parece estar restrita a exemplos pontuais, como o caso do Vale do Pinhão, em vez de se manifestar de forma ampla ou integrada. Esse contraste sugere a existência de uma lacuna entre o potencial teórico dessas ideias e a efetiva implementação no contexto local. Alternativamente, pode-se interpretar que a inovação já foi incorporada de maneira tão natural no ambiente analisado que passou a ser percebida como algo comum, perdendo destaque na visão dos participantes (Bolívar; Meijer, 2016; CONCITIBA, 2024).

As complementações também ganham destaque, especialmente na dimensão de Resultados. Enquanto a teoria foca no desempenho ecológico como um indicador de sustentabilidade e qualidade urbana, as evidências práticas trazem novos elementos, como a melhoria da qualidade de vida, que passa a ser vista como um objetivo central da governança inteligente. Esses aspectos, embora não estejam explicitamente presentes no modelo teórico, mostram como os conceitos são adaptados às particularidades do contexto urbano de Curitiba. Um exemplo disso é o reconhecimento, pelos respondentes da pesquisa, da relevância de iniciativas que priorizem o bem-estar da população (Bolívar; Meijer, 2016; CONCITIBA, 2024).

Entretanto, observou-se também a necessidade de aprimoramento em aspectos como a transparência e a divulgação sistemática das informações, especialmente no que tange às deliberações e atividades do Conselho da Cidade, denotando uma convergência parcial entre os elementos de governança pública e inteligente e as evidências coletadas.

A implementação de uma governança inteligente em Curitiba exige investimentos robustos em tecnologias avançadas e infraestrutura social, técnica e ambiental. Essas tecnologias incluem ferramentas de georreferenciamento, sistemas de gestão urbana e plataformas digitais que facilitem a comunicação entre o governo e a população, como o Fala Curitiba, a Central 156, o Conecta Curitiba, o Curitiba app, o Saúde Já, e o e-cidadão (os três últimos desenvolvidos na versão aplicativo para *smartphone*), que nas palavras do Chefe do Poder Executivo Municipal de Curitiba, em 2024, colocam “a Cidade na palma da mão”. Além disso, projetos estratégicos, como o Vale do Pinhão, reforçam a necessidade de transformar a cidade em um polo de inovação e economia do conhecimento, ao promover a integração entre universidades, centros de pesquisa e empresas (Bolívar; Meijer, 2016; CONCITIBA, 2024).

Para a consolidação dessas iniciativas, é essencial garantir uma infraestrutura urbana capaz de suportar o crescimento populacional e as demandas tecnológicas. Isso abrange redes de saneamento, drenagem, energia e conectividade digital. Sem esses elementos, a desigualdade no acesso aos benefícios da governança inteligente pode aumentar, em localidades mais distantes do centro urbano consolidado, onde a infraestrutura básica ainda apresenta desafios.

Por fim, a análise comparativa entre o referencial teórico e as evidências empíricas identificou convergências e distinções nos elementos da governança inteligente, demonstrando como as particularidades do contexto local influenciam na manifestação desses conceitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou sistematicamente as ações desenvolvidas pela Prefeitura Municipal e demais atores na implementação da governança inteligente na política urbana de Curitiba. Os resultados evidenciaram uma estrutura que contempla o alinhamento com o Plano Diretor, a participação social institucionalizada por meio do Conselho da Cidade (CONCITIBA), e a aderência aos fundamentos do planejamento urbano, demonstrando conformidade jurídico-legal.

Os dados coletados, todavia, indicaram que o município apresenta uma aderência relativa aos fundamentos da governança inteligente. Por um lado, a cidade dispõe de um arranjo institucional representativo, materializado pelo CONCITIBA, que proporciona espaços de debate entre governo e sociedade civil. Por outro lado, persistem desafios operacionais, especialmente no que tange à transparência e divulgação de informações, impactando diretamente nos princípios da transparência e da capacidade de resposta da governança pública, como também nos resultados do governo eficiente e interação com os cidadãos da governança inteligente.

Examinou-se, em complemento, o aplicativo Curitiba App, que expressa uma iniciativa em operação que se aproxima mais da governança inteligente, por demandar o uso intensivo de

tecnologias da informação e da comunicação - TIC, ao disponibilizar uma interface digital para a interação entre a administração pública e os cidadãos. A plataforma permite o registro de solicitações para serviços públicos e o módulo de transporte público dispõe de monitoramento, em tempo real, para a localização dos ônibus, a previsão das chegadas e partidas das estações e terminais, além de possibilitar o planejamento das rotas.

Este diagnóstico preliminar oferece contribuições em duas dimensões distintas: (i) metodológica - apresenta uma aplicação sistemática do arcabouço teórico de Bolívar e Meijer (2016) no contexto brasileiro; e (ii) analítica - oferece um panorama inicial das práticas de governança inteligente em Curitiba, estabelecendo bases para estudos futuros mais aprofundados.

Algumas limitações metodológicas foram identificadas durante a pesquisa, incluindo restrições no acesso à documentação devido ao período eleitoral, engajamento limitado dos participantes no levantamento de dados, e o processo manual de análise categorial dos dados. Essas limitações, embora não comprometam a validade dos resultados, sugerem oportunidades de refinamento em pesquisas futuras.

As recomendações para estudos futuros incluem: o desenvolvimento de protocolos sistemáticos para coleta e disponibilização de dados; a implementação de ferramentas automatizadas de análise qualitativa; a ampliação do escopo temporal; a realização de estudos comparativos com outros municípios brasileiros; e o aprofundamento da compreensão sobre o impacto das tecnologias digitais na participação cidadã.

Em conclusão, o trabalho documenta como Curitiba integra elementos das abordagens de governança pública e inteligente em sua política urbana, revelando uma complementaridade entre práticas já consolidadas de planejamento e as inovações tecnológicas. Essa integração, embora apresente desafios específicos na área de transparência e comunicação, indica possibilidades para o fortalecimento dos mecanismos de participação social e a tomada de decisão no desenvolvimento urbano.

REFERÊNCIAS

BOLÍVAR, M. P. R.; MEIJER, A. J. Smart governance: Using a literature review and empirical analysis to build a research model. **Social Science Computer Review**, v. 34, n. 6, p. 673-692, dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0894439315611088>.

CONCITIBA. **Conselho da Cidade de Curitiba**: temas e pautas das reuniões 2020-2024 [documento interno]. Curitiba: IPPUC, 2024. Acesso via Lei de Acesso à Informação.

CONSELHO DA CIDADE DE CURITIBA. **Atas das Reuniões Ordinárias** nº 45 a 55 (2017-2019). Curitiba, 2024. Documento interno, recebido por e-mail em 22 ago. 2024.

CURITIBA. **Lei nº 12.579, de 18 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a criação do Conselho da Cidade de Curitiba – CONCITIBA. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2007/1257/12579/lei-ordinaria-n-12579-2007-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-da-cidade-de-curitiba-concitiba>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CURITIBA. **Lei nº 14.771, de 6 de julho de 2015**. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba, de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2015/1478/14771/lei-ordinaria-n-14771-2015-dispoe-sobre-a-revisao-do-plano-diretor-de-curitiba-de-acordo-com-o-disposto-no-art-40-3-do-estatuto-da-cidade-para-orientacao-e-controle-do-desenvolvimento-integrado-do-municipio>. Acesso em: 22 mar. 2024.

CURITIBA. **Lei nº 15.953, de 03 de março de 2022**. Dispõe sobre o aprimoramento da política municipal de governança [...]da administração direta, autárquica e fundacional. Curitiba: Câmara Municipal, [2022]. Disponível em: [Lei Ordinária 15953 2022 de Curitiba PR \(leismunicipais.com.br\)](https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2022/15953/15953/lei-ordinaria-n-15953-2022-dispoe-sobre-o-aprimoramento-da-politica-municipal-de-governanca). Acesso em: 22 mar. 2024.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **CURITIBA app**. Curitiba: ICI (Instituto das Cidades Inteligentes), 2024. Aplicativo móvel. Disponível em: <https://play.google.com/store/apps/details?id=br.org.ici.curitiba> e <https://apps.apple.com/br/app/curitiba/id1483828137>. Acesso em: 05 fev. 2025.

APÊNDICE A – QUADROS ANALÍTICOS

Este apêndice reúne os quadros analíticos que fundamentam as análises apresentadas no decorrer do Diagnóstico. Os quadros apresentam o mapeamento das estruturas e processos da governança inteligente na política urbana de Curitiba, servindo de referência complementar ao texto principal.

O Quadro 1 dispõe sobre a estrutura teórica da Governança Inteligente, as dimensões, categorias e subcategorias lastreadas nas definições de Bolívar e Meijer (2016);

O Quadro 2 relaciona as evidências encontradas na análise documental e nas respostas dos participantes aos questionários aplicados (com perguntas abertas e fechadas) e os respectivos trechos dos discursos vinculados às categorias analíticas da estrutura teórica.

O Quadro 3 revela uma comparação entre os princípios da Governança Pública e a estrutura teórica da Governança Inteligente, sob a orientação dos exemplos práticos identificados na realidade da Governança Curitibana.

Em virtude da extensão das informações, os quadros serão apresentados nas páginas seguintes, em formato de paisagem. O Quadro 2 será dividido em três partes: 1-Elementos definidores da Governança Inteligente; 2-Estratégias de Implementação da Governança Inteligente; e 3-Resultados da Governança Inteligente.

Quadro 1 – Estrutura Teórica da Governança Inteligente

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Definição/Autores	Evidência/Autores
1-Elementos Definidores da Governança Inteligente	Processos Organizacionais Conectados	Colaboração e participação externa	Mecanismos que permitem a interação entre governo e stakeholders externos, incluindo cidadãos, empresas e organizações da sociedade civil, para coprodução de serviços e políticas públicas (Bolívar; Meijer, 2016).	Bâtăgan (2011) define governança inteligente como a colaboração entre departamentos e comunidades para promover o crescimento econômico e garantir que as operações e serviços sejam centrados nos cidadãos (Bâtăgan, 2011 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Processo de Tomada de decisão	Conjunto de procedimentos estruturados que incorporam dados e evidências para fundamentar escolhas políticas e administrativas, utilizando tecnologias inteligentes para melhorar a qualidade das decisões (Bolívar; Meijer, 2016).	Consiste em um sistema que considera fatores-chave em três etapas: diagnóstico, plano estratégico e implementação (Barrionuevo; Berrone; Ricart, 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016)
		Coordenação interna	Capacidade de integrar diferentes departamentos e níveis governamentais, promovendo sinergia entre as várias unidades administrativas para entrega eficiente de serviços (Bolívar; Meijer, 2016).	Willke (2007) conceitua a governança como a atividade de coordenar comunicações para alcançar objetivos coletivos por meio da colaboração (Willke, 2007 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		e-administração (administração eletrônica)	Utilização de sistemas digitais e plataformas tecnológicas para automatizar e otimizar processos administrativos, reduzindo burocracia e aumentando eficiência (Bolívar; Meijer, 2016).	"Odendaal (2003, p. 586) destaca a capacidade das agências governamentais de interagir com o público online na prestação de serviços e no cumprimento de suas responsabilidades estabelecidas como um aspecto central da governança inteligente" (Odendaal, 2003, p. 586 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
	Uso de Tecnologia	Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)	Infraestrutura tecnológica que suporta a coleta, processamento e análise de dados urbanos, permitindo a tomada de decisão baseada em evidências e a oferta de serviços digitais (Bolívar; Meijer, 2016).	"Giffinger, Fertner, Kramar, Meijer; Pichler-Milanovic (2007, p. 10) se referem à governança inteligente como o uso de novos canais de comunicação, como 'e-governance' ou 'e-democracia', para engajar os cidadãos"; As TICs são fundamentais na governança urbana inteligente, através do desenvolvimento de infraestruturas de informação que suportam a cidade (Giffinger <i>et al.</i> , 2007, p. 10; Batty <i>et al.</i> , 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Definição/Autores	Evidência/Autores
	Capacidade de Inovação	Inovação	Capacidade de desenvolver e implementar novas soluções para desafios urbanos, combinando tecnologia e reorganização de processos administrativos para criar valor público (Bolívar; Meijer, 2016).	Elemento identificado através da pesquisa empírica com profissionais como constituinte da governança inteligente (Bolívar; Meijer, 2016).
2-Estratégias da Governança Inteligente	Ideias	Visão integral da cidade	Compreensão holística do ambiente urbano, integrando aspectos sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos na gestão pública (Bolívar; Meijer, 2016).	A governança inteligente representa uma forma abrangente de governança capaz de coordenar os diversos componentes da cidade inteligente (Willke, 2007 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
	Ações	Legislação	Marco regulatório que suporta e orienta as iniciativas de governança inteligente (Bolívar; Meijer, 2016).	A regulamentação e as questões legais são fundamentais nas cidades inteligentes, considerando o amplo acesso à informação na sociedade contemporânea (Batty <i>et al.</i> , 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Políticas	Diretrizes e programas específicos para implementação de soluções inteligentes (Bolívar; Meijer, 2016).	O desenvolvimento e a promoção de iniciativas e projetos de cidades inteligentes são considerados cruciais para a governança inteligente (Nam, 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Transformação organizacional	Mudanças estruturais e culturais necessárias para adaptar a administração pública aos novos modelos de governança (Bolívar; Meijer, 2016).	"Governança inteligente é uma adoção generalizada de um modelo de governança mais baseado na comunidade, com maior conectividade sendo facilitada por novas tecnologias" (Tapscott; Agnew, 1999, p. 37 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
3-Resultados da Governança Inteligente	Resultados de Primeira Ordem (mudanças nas organizações governamentais)	Governo eficiente	Otimização de recursos e processos administrativos, resultando em maior produtividade e melhor relação custo-benefício na prestação de serviços públicos (Bolívar; Meijer, 2016).	A governança inteligente visa utilizar os recursos disponíveis de forma mais eficiente (Batty <i>et al.</i> , 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Prontidão para gerenciamento de desastres	Capacidade de resposta rápida e eficaz a emergências, utilizando sistemas integrados de monitoramento e alerta (Bolívar; Meijer, 2016).	As cidades precisam desenvolver capacidade de resposta rápida a eventos adversos e realizar gestão equilibrada de riscos (Alkandari; Alnasheet; Alshekhly, 2012 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
	Resultados de Segunda Ordem (mudanças do	Serviços centrados no cidadão	Desenvolvimento e entrega de serviços públicos que priorizam as necessidades e experiências dos usuários, com foco na	Giffinger <i>et al.</i> , (2007) concentram seus comentários sobre os sistemas de governança inteligente nos serviços prestados aos cidadãos e

Dimensão	Categoria	Subcategoria	Definição/Autores	Evidência/Autores
	governo frente a outros atores urbanos)		acessibilidade e satisfação (Bolívar; Meijer, 2016).	no funcionamento da administração (Giffinger <i>et al.</i> , 2007 <i>apud</i> Bolívar, Meijer, 2016).
		Interação com os cidadãos	Estabelecimento de canais efetivos de comunicação bidirecional entre governo e cidadãos, permitindo participação ativa na gestão pública (Bolívar; Meijer, 2016).	"A governança eletrônica se refere à capacidade das agências governamentais de interagir com o público <i>online</i> " (Odendaal, 2003, p. 586, <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Marca forte da cidade	Construção e promoção de uma identidade urbana positiva que atraia investimentos, talentos e reconhecimento internacional (Bolívar; Meijer, 2016).	Giffinger; Gufrun (2010) indicam que os governos locais buscam melhorar sua posição nos rankings de cidades, negligenciando o propósito e a eficácia do planejamento estratégico (Giffinger; Gufrun, 2010 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
	Resultados de Terceira Ordem (melhorias para a cidade e os cidadãos)	Crescimento econômico	Desenvolvimento sustentável da economia local através de políticas inteligentes e uso eficiente de recursos (Bolívar; Meijer, 2016).	A governança inteligente contribui para o crescimento econômico das cidades (Kourtit; Nijkamp; Arribas, 2012; Bătăgan, 2011 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Inclusão social	Garantia de acesso equitativo a serviços e oportunidades para todos os cidadãos, reduzindo desigualdades (Bolívar; Meijer, 2016).	"A governança inteligente visa promover a inclusão social dos moradores urbanos nos serviços públicos" (Caragliu <i>et al.</i> , 2009, p. 48 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Desempenho ecológico	Implementação de políticas e práticas que promovam sustentabilidade ambiental e qualidade de vida urbana (Bolívar; Meijer, 2016).	"O sistema inteligente é um verdadeiro apoio ao desenvolvimento urbano, gerando um desenvolvimento sustentável em nossas cidades" (Bătăgan, 2011, p. 83 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).
		Cidadãos altamente educados	Desenvolvimento de capital humano através de políticas educacionais e programas de capacitação que promovam conhecimento e inovação (Bolívar; Meijer, 2016).	Acredita-se que as pessoas que buscam educação superior desempenham um papel importante no crescimento das cidades inteligentes, e a governança inteligente visa fortalecer esse processo (Winters, 2011 <i>apud</i> Bolívar; Meijer, 2016).

Fonte: elaborado pelo autor (novembro/2024) com base em Bolívar e Meijer (2016)

Quadro 2 – parte 1 – Evidências das Atas do CONCITIBA, Questionários Aplicados e Trechos dos Discursos dos Respondentes

Dimensão 1 Elementos Definidores da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual n° Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
	Processos Organizacionais Conectados	Colaboração e Participação	Ata 45: "Apresentação do Vale do Pinhão como ecossistema de inovação integrando diversos atores."	R1: "participação efetiva" R2: "consultas públicas" R4: "Fala Curitiba" R6: "Participação Cidadã ativa" R8: "participação, cidadania"	R3: "propósitos e valores definidos em conjunto com a sociedade"	63% - 5/8	Subcategoria com elementos que confirmam o seu reconhecimento no âmbito das produções do Conselho (Atas), pelos respondentes nas perguntas abertas e fechadas. A pergunta bônus reforça a difusão da colaboração e participação no discurso do respondente.
		Coordenação Interna	Ata 54: "Coordenação entre COMEC, URBS e secretarias municipais dos diferentes municípios."	R2: "interação de técnicos" R3: "definição dos papéis"	R5: "A implementação de políticas públicas e a governança, apesar de temas de pesquisa distintos, são interligadas"	75% - 6/8	Subcategoria com elementos que confirmam o seu reconhecimento no âmbito das produções do Conselho (Atas), pelos respondentes nas perguntas abertas e fechadas. A pergunta bônus reforça a difusão do termo no discurso do respondente.
		Tomada de Decisão	Ata 45: "Definição de diretrizes para o polo de inovação do Vale do Pinhão."	R2: "governança baseada em dados" R4: "Envolvimento nas decisões"	-	75% - 6/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, tanto na pergunta aberta, quanto na fechada (que inclui

Dimensão 1 Elementos Definidores da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual n° Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							categorias similares com nomes diversos, estabelecidos no modelo teórico). Não houve contribuição na pergunta bônus.
		e-Administração (administração eletrônica)	Sem menções diretas	R5: "TI na governança" R4: "acesso a informações"	-	100% - 8/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no discurso dos respondentes nas perguntas abertas e fechadas. Não houve contribuição na pergunta bônus. No âmbito dos registros do conselho não há menções diretas, mas o uso da plataforma digital Conecta Curitiba para a realização das audiências e consultas públicas se encaixa no conceito de administração eletrônica.
	Uso da Tecnologia	TIC	Ata 51: "Apresentação de tecnologias para monitoramento e gestão da malha cicloviária."	R4: "tecnologias, conectividade" R5: "TI aplicada aos processos"	R3: "usa a tecnologia como facilitadora dos propósitos e valores definidos em conjunto com a sociedade" R5: "a presença da TI"	100% - 8/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, tanto na pergunta aberta, quanto na fechada. As respostas

Dimensão 1 Elementos Definidores da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual n° Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							à pergunta bônus reforça a difusão do uso da tecnologia no discurso dos respondentes.
	Capacidade de Inovação	Inovação	Ata 45: "Vale do Pinhão como estratégia de transformação da economia local."	R4, R6: "inovação"	-	25% - 2/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento da inovação no discurso dos respondentes, embora com menos expressividade na pergunta fechada e sem manifestação na pergunta bônus.

Fonte: elaborado pelo autor (dezembro/2024) com base em Bolívar e Meijer (2016)

Quadro 2 – parte 2 – Evidências das Atas do CONCITIBA, Questionários Aplicados e Trechos dos Discursos dos Respondentes

Dimensão 2 Estratégias da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
	Ideias	Visão Integral	Ata 52: "Articulação entre moradia, transporte e infraestrutura urbana."	R1: "Trazer o cidadão para dentro da gestão, ou até o caminho inverso, a gestão estar mais próxima das necessidades do cidadão. Já existem ótimas soluções disponíveis [...]. Creio que o exercício da cidadania por uma parcela maior da população seria a real inteligência da Política Urbana" R4: "políticas públicas ESG"	R7: "planejamento urbano integrado" R3: "A cidade inteligente não é a que usa tecnologia com fim em si mesma, mas [...] como facilitadora dos propósitos e valores definidos em conjunto com a sociedade, para o bem-estar e desenvolvimento urbano sustentável"	88% - 7/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento da visão integral no âmbito das produções do Conselho (Atas), nos discursos dos respondentes, reforçada pela maioria na pergunta fechada e com manifestação na pergunta bônus, com ressalva de que a cidade inteligente não é a que usa a tecnologia com fim em si mesma, mas para o planejamento urbano integrado.
	Ações	Legislação	Ata 51: "Normatização da infraestrutura ciclovária."	R4: "Novas legislações e ações colaborativas"	-	63% - 5/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento da legislação no âmbito das produções do Conselho (Atas), como ação necessária à governança da cidade inteligente, nos discursos dos respondentes tanto na pergunta aberta, quanto na fechada.

Dimensão 2 Estratégias da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							Não houve manifestação na pergunta bônus.
		Políticas	Ata 55: "Políticas específicas alinhadas ao planejamento geral."	R4: "políticas ESG" R2: "consultas públicas" R3: "Focar no que é bom para a coletividade, definindo as diretrizes gerais, setoriais e estratégicas"	R7: "O impacto social das mudanças tecnológicas também é ponto relevante, assim como discussões sobre planejamento urbano integrado"	25% - 2/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento da política como uma ação necessária para a governança da cidade inteligente, indicada no âmbito das produções do Conselho (Atas), pelos respondentes com menção no tipo específico (políticas ESG) e ressalva de que deve contemplar a participação social por meio de consultas públicas. Não houve manifestação na pergunta bônus.
		Transformação Organizacional	Ata 45: "Estruturação do Vale do Pinhão como novo arranjo institucional."	R1: "A cidade e a governança da política urbana devem ser centradas no cidadão, neste cidadão diverso, com necessidades básicas ainda não atendidas. A inteligência sendo promovida para a redução das desigualdades" R3: "definição de papéis"	R5: "Isso torna-se especialmente importante ao considerar o nível estratégico que a governança ocupa"	25% - 2/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, reforçados pela pergunta fechada e contribuição na pergunta bônus.

Fonte: elaborado pelo autor (dezembro/2024) com base em Bolívar e Meijer (2016)

Quadro 2 – parte 3 – Evidências das Atas do CONCITIBA, Questionários Aplicados e Trechos dos Discursos dos Respondentes

Dimensão 3 Resultados da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
	Primeira Ordem (mudanças nas organizações governamentais)	Governo Eficiente	Ata 45: "Adaptação às novas demandas da economia do conhecimento."	R1: "velocidade nas entregas" R6: "eficiência" R7: "Efetividade"	-	63% - 5/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, reforçados pela pergunta fechada e contribuição na pergunta bônus.
		Prontidão para o gerenciamento de desastres	Ata 52: "na área ambiental, os impactos climáticos referentes à prevenção de alagamentos e inundações."	Sem menções diretas	-	50% - 4/8	Subcategoria com elementos que reforçam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), entretanto, não mencionada no discurso dos respondentes, embora tenham respondido às perguntas fechadas. Não houve manifestação na pergunta bônus.

Dimensão 3 Resultados da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
	Segunda Ordem (mudanças do governo frente a outros atores urbanos)	Serviços Centrados no Cidadão	Ata 48: "Envolvimento da sociedade na construção da visão 2035"	R1: "visão do cidadão" R4: "políticas ESG"	R1: "A cidade e a governança da política urbana devem ser centradas no cidadão, neste cidadão diverso"	100% - 8/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), pelo discurso dos respondentes, com unanimidade na pergunta fechada e com contribuição na pergunta bônus.
		Interação com os cidadãos	Ata 53: "Uso dos instrumentos de participação popular, como o 'Fala Curitiba', as audiências públicas e o CONCITIBA."	R2: "interação técnicos-população" R4: "Fala Curitiba" R6: "Participação ativa"	-	100% - 8/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), pelo discurso dos respondentes, com unanimidade na pergunta fechada. Não houve manifestação na pergunta bônus.
	Terceira Ordem (melhorias para a cidade e os cidadãos)	Crescimento Econômico	Ata 45: "Criação de ambiente favorável para empresas de tecnologia"	R4: "empreendedorismo"	-	88% - 7/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos

Dimensão 3 Resultados da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							respondentes, com variação para o empreendedorismo, reforçado pela quase totalidade dos respondentes na pergunta fechada. Não houve manifestação na pergunta-bônus.
		Inclusão Social	Ata 45: "Estímulo ao empreendedorismo e startups."	R6: "inclusão"	R1: "necessidades básicas ainda não atendidas" R1: "A inteligência sendo promovida para a redução das desigualdades"	100% - 8/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, reforçado pela unanimidade na pergunta fechada e contribuição na pergunta bônus.
		Desempenho Ecológico	Ata 51: "Redução de emissões e promoção da mobilidade ativa."	R4: "ESG" R6: "sustentabilidade"	R3: "desenvolvimento urbano sustentável"	63% - 5/8	Subcategoria com elementos que confirmam o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), no discurso dos respondentes, reforçado por mais da metade dos

Dimensão 3 Resultados da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							respondentes na pergunta fechada e manifestação na pergunta bônus.
		Marca forte da cidade	Ata 45: "Curitiba como referência em economia criativa." Ata 55: "Reconhecimento do BID pela condução técnica e administrativa dos projetos."	Sem menções diretas	-	38% - 3/8	Subcategoria pouco reconhecida espontaneamente pelos respondentes nas perguntas abertas. Na pergunta fechada (com elementos definidos pelo modelo teórico) a minoria respondeu como sendo um resultado a ser alcançado pela governança da cidade inteligente. Ressalva-se o reconhecimento da sustentabilidade no âmbito das produções do Conselho (Atas). Não houve manifestações na pergunta bônus.
		Qualidade de vida	Ata 49: "Impactos positivos dos instrumentos na qualidade urbana."	R6: "Melhoria na qualidade de vida da população, crescimento econômico e sustentável, governança colaborativa"	R3: "bem-estar"	-	Subcategoria emergente no estudo atual, não estabelecida no modelo teórico, porém evidenciada nas perguntas abertas pelos respondentes como resultado a ser alcançado pela

Dimensão 3 Resultados da Governança Inteligente	Categoria	Subcategoria	Evidência 1 Atas do CONCITIBA	Evidência 2 Respondentes Perguntas Abertas	Evidência 3 Respondentes Pergunta Aberta Bônus	Evidência 4 Percentual/nº Respondentes Perguntas Fechadas	Observações Analíticas e Elementos Emergentes
							governança da cidade inteligente. Percebe-se uma aproximação do conceito, no âmbito das produções do Conselho (Atas), como repercussão da qualidade urbana.
		Cidadãos altamente educados	Ata 45: "Programas de formação em áreas tecnológicas."	Sem menções diretas	-	38% - 3/8	Subcategoria pouco reconhecida espontaneamente pelos respondentes nas perguntas abertas. Na pergunta fechada (com elementos definidos pelo modelo teórico) a minoria respondeu como sendo um resultado a ser alcançado pela governança da cidade inteligente. Não houve manifestação na pergunta bônus. Ressalva-se o reconhecimento do termo no âmbito das produções do Conselho (Atas), como programas de formação em áreas tecnológicas.

Fonte: elaborado pelo autor (dezembro/2024) com base em Bolívar e Meijer (2016)

Quadro 3 – Governança Pública e Governança Inteligente – Análise Comparativa

GOVERNANÇA PÚBLICA		GOVERNANÇA INTELIGENTE					
Princípio/Definição		Estrutura Teórica			Definição	Evidências em Curitiba	Observações analíticas
Capacidade de Resposta	Reproduz a competência de uma instituição ou organização pública de atender, de maneira eficiente e eficaz, as necessidades dos cidadãos, até mesmo antevendo interesses e aspirações.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (colaboração e participação) Categoria 1.2 – Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de Inovação	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (políticas e transformação organizacional)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços centrados no cidadão) Categoria 3.3 - Resultados de terceira ordem (inclusão social)	Inclui processos organizacionais conectados, uso de tecnologia e inovação para melhorar a capacidade de resposta.	No Vale do Pinhão, a articulação entre poder público, universidades e setor produtivo promoveu respostas rápidas às demandas por inovação tecnológica e geração de emprego.	Ao comparar o princípio da governança pública com as evidências coletadas nas atas das reuniões do Conselho da Cidade de Curitiba, constata-se que a geração de empregos e inovação tecnológica requer uma estrutura fundamentada em: processos organizacionais conectados, com ênfase na colaboração e participação dos atores urbanos; estratégia definida na política do ecossistema de inovação; e uma postura governamental que integra eficiência administrativa, serviços centrados no cidadão e inclusão social. Esta articulação entre governo, universidades e mercado materializa-se por meio da visão integral da cidade.
	Constitui a busca pela prevenção da corrupção e pelo fortalecimento dos padrões morais de conduta.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (colaboração e participação, coordenação interna, processo de tomada de decisão, e-administração)	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (legislação, políticas, transformação organizacional)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços centrados no cidadão, interação	Reforça a transparência e o uso de tecnologias para garantir processos claros e auditáveis.	A regulamentação de instrumentos como Outorga Onerosa e Transferência do Direito de Construir, discutida no CONCITIBA, foi realizada com ampla participação social,	Ao confrontar o princípio da governança pública com as ações do CONCITIBA, observa-se o atendimento aos requisitos fundamentais, com elementos complementares identificados sob o prisma da governança inteligente, especialmente na inclusão das diferentes partes interessadas no processo decisório.

GOVERNANÇA PÚBLICA		GOVERNANÇA INTELIGENTE					
Princípio/Definição		Estrutura Teórica			Definição	Evidências em Curitiba	Observações analíticas
		Categoria 1.2 - Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de Inovação		com os cidadãos) Categoria 3.3 - Resultados de terceira ordem (inclusão social)		permitindo um processo claro e auditável pelas partes interessadas.	
Confiabilidade	Traduz a capacidade das instituições públicas de minimizar as incertezas para os cidadãos nos ambientes econômico, social e político; passar segurança à sociedade em relação a sua atuação.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (coordenação interna, processo de tomada de decisão, e-administração) Categoria 1.2 - Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de Inovação	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (legislação, políticas, transformação organizacional)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços centrados no cidadão) Categoria 3.3 - Resultados de terceira ordem (inclusão social)	Utiliza dados abertos e TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) para criar previsibilidade e segurança.	O uso de painéis de dados abertos no projeto Curitiba - Cidade Inteligente permite monitoramento em tempo real de trânsito e iluminação pública, gerando confiança na administração pública.	Ao contrastar o princípio da governança pública com o exemplo prático do Conselho, observa-se que a disponibilização de dados abertos à sociedade demanda: processos organizacionais conectados, uso de tecnologia para garantir acesso seguro e regular, e adequação da linguagem governamental às partes interessadas (sociedade e mercado). Estas ações promovem a inclusão social e fortalecem a percepção de eficiência governamental, contribuindo para a confiabilidade institucional.
Melhoria Regulatória	Reflete o desenvolvimento e a avaliação de políticas e atos normativos em um processo transparente, baseado em evidências e orientado pela visão de cidadãos e partes interessadas.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (colaboração e participação, coordenação interna, processo de	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (legislação, políticas, transformação organizacional)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços	Integra políticas públicas inovadoras com ações legislativas e o uso de TICs para simplificar processos.	A revisão da Lei de Zoneamento e a criação de câmaras temáticas no CONCITIBA demonstram a busca por regulamentações mais eficazes e adaptadas ao contexto urbano.	Ao relacionar o princípio da governança pública com a descrição da ação do Conselho, identificam-se correspondências com os elementos teóricos da governança inteligente que se manifestam nos processos organizacionais conectados (colaboração e participação dos atores urbanos, coordenação interna, processo de tomada de decisão e e-administração), no uso

GOVERNANÇA PÚBLICA		GOVERNANÇA INTELIGENTE					
Princípio/Definição		Estrutura Teórica			Definição	Evidências em Curitiba	Observações analíticas
		tomada de decisão, e-administração) Categoria 1.2 - Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de Inovação		centrados no cidadão) Categoria 3.3 - Resultados de terceira ordem (crescimento econômico, desempenho ecológico)			da tecnologia para a simplificação dos processos, e na capacidade de inovação para a configuração de arranjos como as câmaras temáticas e estratégias para ações legislativas adaptadas ao contexto urbano. Esta estrutura demanda uma postura de governo eficiente e serviços centrados no cidadão, com vistas ao crescimento econômico em harmonia com o desempenho ecológico.
Prestação de Contas e Responsabilidade	É a vinculação necessária entre decisão, conduta e competência e o responsável por elas; configura a relação direta entre o agente público, as justificativas e os resultados da atuação administrativa.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (colaboração e participação, coordenação interna, processo de tomada de decisão, e-administração) Categoria 1.2 - Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de Inovação	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (legislação, políticas, transformação organizacional)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços centrados no cidadão, interação com os cidadãos)	Amplia a capacidade de prestação de contas por meio de plataformas digitais e consultas públicas.	O sistema Conecta Curitiba, usado no projeto Inter II, permite que cidadãos acompanhem as deliberações e contribuam para o planejamento urbano, contribuindo para o controle social.	Ao correlacionar o princípio de prestação de contas e <i>accountability</i> da governança pública com a descrição da deliberação do Conselho sobre o sistema Conecta Curitiba, observa-se a materialização da governança inteligente por meio de processos organizacionais conectados, em que o cidadão participa tanto na produção da política urbana quanto no controle social. Esta participação se efetiva por meio de plataformas digitais e consultas públicas, estabelecendo uma relação direta entre as decisões, as condutas dos agentes públicos e os resultados da atuação administrativa.

Transparência	Caracteriza o compromisso da administração pública de divulgar as suas atividades, prestando informações confiáveis, relevantes e no devido tempo à sociedade.	Dimensão 1 - Elementos definidores da governança Categoria 1.1 - Processos organizacionais conectados (coordenação interna, processo de tomada de decisão, e-administração) Categoria 1.2 - Uso da tecnologia Categoria 1.3 - Capacidade de inovação	Dimensão 2 - Estratégias para implementação Categoria 2.1 - Ideias (visão Integral da cidade) Categoria 2.2 Ações (legislação, políticas)	Dimensão 3 - Resultados da governança Categoria 3.1 - Resultados de primeira ordem (Governo eficiente) Categoria 3.2 - Resultados de segunda ordem (serviços centrados no cidadão, interação com os cidadãos)	Implementação de dados abertos e ferramentas digitais para maior acesso público.	Os documentos das reuniões ordinárias do CONCITIBA descrevem deliberações em plenário, análises nas câmaras temáticas e processos de disponibilização de informações em plataformas institucionais. As atas documentam apresentações de projetos, registros de votações e menções ao uso de ferramentas digitais como os portais da Prefeitura e do IPPUC para divulgação das informações à sociedade.	Ao ponderar o princípio da transparência da governança pública com os registros documentais do CONCITIBA sobre o os Portais da Prefeitura e do IPPUC e o "Fala Curitiba", percebe-se a aproximação analítica da governança inteligente por meio da disponibilização de informações municipais em formato digital. Os Portais são apresentados como ferramenta de publicização das ações relacionadas ao planejamento urbano ao disponibilizar as informações sobre a gestão urbana à população por meio de uma plataforma integrada. Essa iniciativa evidencia múltiplas dimensões da governança inteligente: na Dimensão 1, destacam-se tanto os processos organizacionais conectados por meio da coordenação interna e da e-administração, quanto o uso da tecnologia; na Dimensão 2, evidenciam-se as estratégias utilizadas para o atendimento da legislação federal, especialmente a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e a Política de Dados Abertos (Decreto nº 8.777/2016); e na Dimensão 3, destaca-se a contribuição para a eficiência governamental e a promoção de maior interação com os cidadãos, ao facilitar o acesso às informações sobre os serviços municipais.
---------------	---	---	---	---	---	---	--

GOVERNANÇA PÚBLICA	GOVERNANÇA INTELIGENTE			
Princípio/Definição	Estrutura Teórica	Definição	Evidências em Curitiba	Observações analíticas
(Brasil, 2017; 2018).	(Bolívar; Meijer, 2016).		(CONCITIBA, 2024).	-

Fonte: elaborado pelo autor (janeiro/2025) com base em Bolívar e Meijer (2016), Brasil (2017; 2018) e CONCITIBA (2024)